

O caso da Fazenda Ermida em Jundiaí [SP]: contribuição do café na configuração da paisagem cultural

André Munhoz de Argollo Ferrão



Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista. Mestre em Engenharia Agrícola, Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Professor Livre Docente, Universidade Estadual de Campinas. Coordenador do Labore / FEC / Unicamp. Campinas [SP], Brasil. <argollo@fec.unicamp.br>.

Berna Valentina Bruit Valderrama



Arquiteta e Urbanista. Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Pesquisadora e Professora Universitária. Campinas [SP], Brasil. <bbvalderrama@terra.com.br>.

Débora Marques de Almeida Nogueira Mortati



Doutoranda em Engenharia Civil, [Labore] Laboratório de Empreendimentos / FEC / Unicamp. Arquiteta e Urbanista, Mestre em Engenharia Urbana. São Carlos [SP], Brasil. <deboramortati@gmail.com>.

Evelyn Gregory Moraes



Arquiteta e Urbanista, Mestre em Engenharia Civil, Labore / FEC / Unicamp. Pesquisadora e Professora. Jundiaí [SP], Brasil. <evelyngregory@uol.com.br>.

Resumo

Focamos este artigo nas transformações da paisagem rural e urbana a partir da produção cafeeira e seus aparatos, com o objetivo de analisar como a linha divisória entre o território rural e urbano vai se diluindo na medida em que o café coloca a necessidade de uma base urbana para seu desenvolvimento. Neste processo, o urbano, como modo de vida, vai caracterizando e introduzindo novos paradigmas no espaço rural, que podem ser observados na arquitetura e nos meios de produção. Como objeto de estudos foi selecionado a Fazenda Ermida, localizada em Jundiaí [SP], cuja arquitetura rural será caracterizada, com base nas edificações, no patrimônio cultural e nas paisagens existentes. A caracterização arquitetônica de uma porção territorial leva ao reconhecimento do patrimônio cultural, porventura existente, como um bem de significativo valor econômico e também educativo. Quando este patrimônio está integrado a uma estratégia voltada à valorização da memória e sua importância para a identidade das comunidades beneficiárias poderá contribuir para reflexão a respeito de alternativas de ocupação e apropriação do bem. A análise a que nos propomos está fundamentada na metodologia de abordagem de Argollo Ferrão (2004), que apresenta dois vetores, o cultural e o produtivo, registrando a arquitetura da produção com base no ciclo do café, e apresenta também a possibilidade de abordar o objeto de estudo em quatro níveis: regional; unidade de produção; edificações e maquinário; e por fim o nível agro ecológico.

Palavras-chave

Arquitetura Rural, patrimônio, paisagem cultural.

The case of “Fazenda Ermida” in Jundiaí [SP]: the coffee contribution to design of the cultural landscape

Abstract

We focus this article on the transformation of the rural and urban landscape from the coffee production and its apparatuses, with the objective of analyzing how the dividing line between urban and rural territory dilutes as the extent that coffee raises the need for urban support for its development. In this case, the city, as a way of life, is featuring and introducing new paradigms in rural areas, which can be seen in the architecture and the means of production. “Fazenda Erminda”, located in Jundiaí (a county of São Paulo state, Brazil), was selected as a study object, which its rural architecture will be

characterized on the basis of the buildings, according to the cultural heritage and the landscapes available. The architectural characteristics of a territorial portion leads to the recognition of cultural heritage, possibly existing, as a significant economic and educational value. When this property is part of a strategy focused on memory recovery and its importance to the identity of the beneficiary communities, it could contribute to the thinking of occupation alternatives and ownership of the property. The analysis we here propose is based on the methodology of Argollo Ferrão (2004) approach, which has two vectors, cultural and productive, recording the architecture of the production based on the coffee cycle, and also presents the possibility of approaching to the object of Study in four levels: regional, production unit, buildings and machinery, and finally the agro ecological level.

Keywords

Rural Architecture, heritage, cultural landscape.

Metodologia de abordagem – Vetores Cultural e Produtivo

A Arquitetura Rural, vista como um campo de estudos acadêmicos permite a identificação do espaço não-urbano. Tal identificação pode incentivar investimentos privados e apoios governamentais despertando grande interesse por parte dos empreendedores do campo no sentido de promover o desenvolvimento sustentado da região por meio de projetos específicos ou sistemas de gestão inteligente alavancando recursos para a economia local.

Se entendermos o processo cultural da evolução do interior paulista como um vetor e a diversificação do capital gerado pela produção cafeeira e suas conseqüências na leitura do território como outro vetor significativo podemos concluir que por meio da coevolução desses vetores é possível caracterizar a arquitetura da produção rural e o contexto da nascente cidade industrial.

Essa coevolução formaria o que Argollo Ferrão (2007) baseado em Milton Santos (1997) reconhece como sendo um sistema espacial, em que “o conhecimento real de um espaço não se dá pelas ‘relações’, mas pelos ‘processos’ que nele se realizam” remetendo à idéia de tempo.

Nesse sistema Argollo Ferrão (2004; 2007) propõe que se olhe o problema através de diferentes níveis de abordagem. Cada sistema correspondendo a um nível. O primeiro sistema ou nível corresponde a maior escala (nível regional) passando pela unidade produtiva depois para as edificações e maquinário até a escala agro-ecológica do espaço da produção de café, inter relacionando os sistemas na tentativa de uma visão mais integradora do problema.

A metodologia a ser utilizada acha correspondência em Milton Santos (1997) quando este conceitua espaço, paisagem e o território:

O ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso;

a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições (SANTOS, 1997, p.44).

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais (SANTOS, 1997, p.51).

A economia cafeeira no interior paulista

Os desdobramentos da economia cafeeira sobre as pequenas produções industriais no passado promoveram várias transformações sociais e econômicas e transformações na paisagem urbana, muito pelo fato de se precisar de uma base urbana para seu desenvolvimento. Não podemos esquecer que o café contribuiu para a industrialização abrindo espaço para a introdução de novos paradigmas. Mas o binômio café e indústria, apesar de introduzirem os paradigmas da “modernidade” que podem ser vistos na adoção de novas tecnologias e estilos na arquitetura tanto na cidade quanto na fazenda, ainda se fundamentava numa idiosincrasia de raízes rurais. A transformação de um contexto nacional rural para outro urbano acabou por ser um processo lento, pois há uma resistência, uma inércia em abraçar as transformações. Apesar disto, podemos sublinhar que o café, a industrialização e a impregnação da modernidade foram os motes para a transformação da paisagem culminando na construção da paisagem atual muito alicerçada nas referências da construção de um grande espaço urbano ou de um território urbanizado, diluindo ou pelo menos deixando mais permeável, os limites entre um espaço rural (campo) e um espaço urbano (cidade).

Para a compreensão desta transformação na paisagem acreditamos que a Fazenda Ermida, em Jundiaí [SP], como objeto de estudo pode ser uma adequada base documental dos processos de transformação. Para tanto, analisamos alguns indicadores, tais como, os elementos arquitetônicos, produtivos, técnicos e a construção de um inventário, fundamentado em valores e memórias do contexto cafeeiro cuja permanência justifica sua preservação e conservação.

Mudanças gerais na cidade do interior paulista (1890-1930)

O processo de ocupação e povoamento do *hinterland* de São Paulo começou a se configurar no século XVIII no caminho das minas de Goiás. Ao longo deste caminho, formaram-se diversas aglomerações humanas que, como notou Monbeig (1984 [1949]), resultou numa relativa disposição em linha reta das futuras cidades que ali emergiriam.

O modelo retilíneo era a imagem da cidade “civilizada”; assim, as cidades do centro-oeste paulista foram criadas, em sua maioria, como expressão de uma “modernidade”, em contraposição às antigas cidades coloniais.

O café foi a base do crescimento econômico nacional porque proporcionava a economia monetária, que como esclarece Dean (1971) sem produção para exportar, os fazendeiros tinham pouca necessidade de dinheiro em espécie e as fazendas se dedicavam a agricultura de subsistência. É o café que vai proporcionar o uso do dinheiro e conseqüentemente, a mão de obra livre.

O impulso definitivo para consolidação desses núcleos foi à ampliação da fronteira agrícola a partir de 1860, num momento em que, como observa Devescovi (1987), a economia, centrada na produção e exportação do café, era um dos principais determinantes do surgimento e urbanização de núcleos no interior paulista.

O complexo cafeeiro criou e urbanizou cidades; estruturou a rede urbana paulista, definindo sua hierarquia; possibilitou a formação de um excedente econômico que foi investido na implantação da malha ferroviária paulista e na construção do espaço urbano; impulsionou o trabalho livre e remunerado, criando mercado; e contraditoriamente, criou mecanismos para a superação deste padrão de acumulação, lançando as bases para o modo de produção urbano industrial.

[...] A produção cafeeira e sua relação com a urbanização das cidades ligam-se diretamente com a riqueza gerada por ela que aos poucos foram sendo invertidas para outros setores e, nesse processo, as cidades foram sendo beneficiadas com os mais diversos empreendimentos (SANTOS, 2002, p.57).

Porém a classe dominante ainda estava atrelada à riqueza do café e era quem propiciava as melhorias da cidade e ditava os modelos de comportamentos a serem seguidos como forma de diversificação do capital e expressão de seu poderio político.

Dentro desse contexto o conceito de modernidade ligava-se à idéia de melhoria das condições de vida associada às inovações propiciadas pela Revolução Industrial, aos preceitos higienistas e aos modelos urbanos transportados da Inglaterra, França e Alemanha para os núcleos urbanos do interior paulista.

A vida urbana se aprimorava e se modernizava. Toda a modernidade chegava pela ferrovia: as máquinas beneficiadoras de café, o luxo das casas, os materiais de construção europeus, os tecidos finos etc.

Estas cidades que se desenvolviam a partir da riqueza do café ampliavam seus espaços de convívio social e cultural, antes restritos basicamente ao entorno das igrejas, criando espaços laicos que representavam a modernidade, como os teatros e os clubes literários. Concomitantemente eram instaladas, nos finais do século XIX, as “melhorias” urbanas, tais como a iluminação pública, rede de água e esgoto, hospitais, os passeios públicos, sistemas de comunicações, transporte público e a ferrovia; numa clara intenção de se equiparar com as mais modernas cidades européias.

Esses empreendimentos exemplificam a pujança econômica da região, a capacidade de acumulação e de poupança do setor privado e o grau de diversificação do capital, que se desloca do setor produtivo do café para outros ramos rentáveis da economia.

No último quartel do século XIX estas “melhorias” e a diversificação da economia cafeeira ocorrem no interior paulista quase que concomitantemente.

O cientificismo é a ordem e o progresso expressos em números e tecnologia. Os engenheiros e os médicos representam o novo prestígio da classe dominante. As cidades são remodeladas segundo a técnica para que se tornem salubres – engenharia e medicina unidas pela métrica.

A cidade colonial vai dando lugar à cidade capitalista.

Com o desenvolvimento da cafeicultura e o papel que São Paulo desempenhou na divisão internacional do trabalho, diversos fatores determinaram a metamorfose do modo de vida e a renovação dos programas de necessidades: o aumento do número de fortunas, as viagens à Europa, o advento do transporte ferroviário, seguido de um novo surto de urbanização. [...] Primeiramente, assistiu-se ao enriquecimento das famílias paulistanas cujos bens se diversificaram. As propriedades se distribuíam entre fazendas no Interior, sítios e chácaras próximas à cidade, casas urbanas e ações de companhias ferroviárias, de bancos, de fábricas, etc., além de escravos (HOMEM, 1996, p. 49).

A partir do terceiro quarto do século XIX, os fazendeiros de café do interior passam a ter outra residência na capital: São Paulo.

O paulistano em Paris tornou-se civilizado, assimilou a ‘civilité’ francesa, à qual se associaram a ordem e os hábitos de higiene pessoal, da indumentária, do espaço doméstico e do público. [...] Tudo o que fugisse ao civilizado tornou-se alvo de preconceito. Incultos, bárbaros, incivis, passaram a ser os negros. Ao passo que se chamaram ‘acaipiradas’ as famílias ricas que permaneceram à margem do processo. [...] Nesse processo, a civilização urbana procurou eclipsar a civilização agrária (HOMEM, 1996, p.55).

A esse processo de desenraizamento da economia, quer seja por pessoas inovadoras ou por uma elite que perdeu *status* social, os fazendeiros de São Paulo “surgem como uma extraordinária anomalia” (DEAN, 1971. p. 41) na história da América Latina como um todo. Não somente se mantiveram no poder, como promoveram a passagem da economia rural “para um complexo sistema industrial nos meados do séc. XX” (DEAN 1971. p.41).

Consideram-se os cafeicultores do Oeste bastante arrojados pelo fato de terem passado das culturas de subsistência à grande lavoura mono cultural de exportação, o que levou a mão-de-obra escrava de passiva a ativa. Extremamente criativos ao instalarem as ferrovias e ao instituírem a imigração européia, foram chamados de empresários do café, expressão que nos parece mais correta porque sugere o complexo de atividades que acumulavam (HOMEM, 1996. p. 52).

O caso da Fazenda Ermida, em Jundiá [SP]

A Fazenda Ermida está localizada a sudoeste do município de Jundiá, no estado de São Paulo, de propriedade da Fundação Antônio Antonieta Cintra Gordinho, com área total de 12 milhões m². Desta área, seis milhões de metros quadrados pertencem a Serra do Japi¹.

Em meados do século XIX, 1848, iniciou-se a implantação da fazenda. As documentações da fazenda estão registradas nos livros de registro Civil e nos Livros de Registro de Propriedade junto à Prefeitura. Os antecedentes históricos estão registrados no livro do Eloy Chaves.

Existem vestígios na área que sugerem a possibilidade de a Fazenda Ermida ter sido uma produtora de cana de açúcar. Ao lado da sede, há uma área destinada aos escravos, mas não se percebem resquícios desta época. Com referência à produção cafeeira, aparecem algumas construções remanescentes desta época, como por exemplo, a existência de cortes em níveis no terreno defronte a sede com canais de água provavelmente para alimentar o terreiro que ali existia.

Segundo levantamento realizado em 2004, a sede foi construída com as paredes externas em taipa de pilão. As paredes internas, provavelmente, foram construídas com taipa de mão. Constatou-se que o estado de conservação do interior era precário, e havia necessidade de restaurar o forro e a pintura. A sede e a senzala possuem quatro águas com inclinação de 40°. Na sede, o forro é de madeira, enquanto que na senzala não há forro, ficando a tesoura aparente. A arquitetura tem características portuguesas. Sua manutenção é realizada com as doações para a Fundação.



Figura 1. Sede da Fazenda Ermida, Capela e resquícios de tulha do terreiro de café. Fonte: Roberto Righi, 2008.

¹ A Serra do Japi foi tombada pelo CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico conforme Resolução nº. 11, de 08 de março de 1983.



Figura 2. Foto aérea da Fazenda Ermida. Fonte: Marcelo Stefanini Bissacot, 2008.

Eloy Chaves

Eloy Chaves foi um personagem chave no processo de industrialização do estado. Ele foi proprietário de tecelagem, de companhias de energia e fazendas que produziam não somente café. Assim como Antônio da Silva Prado, Eloy Chaves é modelo do fazendeiro-empresário personificando o “café novo”. Ou seja, a nova geração de cafeicultores: homem estudado, que tenta sobrepujar a economia dominante, pois entendia que o país precisava avançar e sair de sua vocação rural e para tanto, eram necessários que todos os serviços básicos fossem criados ou implantados.

Ele já investia no setor industrial desde 1910, com a S.A. Industrial Jundiáense, uma grande tecelagem. Em 1912, em associação com o empresário português Antônio Cintra Gordinho e o engenheiro alemão Hermman Braune, constituiu, em Jundiá, a Cia. Ermida de Papel e Celulose. Eloy Chaves foi fundador e principal acionista do Banco Comind – a maior instituição financeira privada e o maior operador de café na Bolsa internacional até meados da do século XX. Chegou a possuir mais de uma dúzia de usinas, entre termoeletricas e hidrelétricas e foi um dos fundadores da Empresa Luz e Força de Jundiá (FPHESP, 2008). Foi também um político eminente

e ficou conhecido por ter proposto a primeira lei de previdência social no governo de Rodrigues Alves, já na República do Café com Leite.

A Fazenda Ermida, somente adquirida depois que o empresário já estava muito bem estabelecido, foi uma das maiores fazendas de café do Brasil, mas também produzia eucalipto (para lenha das ferrovias), cana-de-açúcar e laranja. Ele também possuía outras importantes fazendas produtoras, sendo clara sua diferença como um empresário dinâmico.

O interesse de Eloy Chaves pela Fazenda Ermida deve-se, em parte, à facilidade de escoamento de mercadorias graças à posição geográfica de Jundiaí, e ao importante entroncamento ferroviário que tornava a região um local estratégico para exportação de café.

Considerações finais

Nos últimos anos do século XIX o novo tipo de cafeicultor, o empresário de múltiplos investimentos já ditava as regras da nova economia, porém não desligado do mundo rural o qual tentou também programá-lo e adequá-lo aos ditames da modernidade. Neste contexto, o Brasil tornou-se um país agrário de economia de exportação agrícola (em termos modernos, *commodities*) importante, cujo “carro-chefe” foi o café.

No caso paulista, este processo foi significativo e caracterizou-se essencialmente pela formação de uma elite ruralista de vocação empresarial, a exemplo de Eloy Chaves, e que construiu uma rede complexa de investimentos interligando o sistema agrário ao industrial. Este processo configurou-se a partir da introdução de parâmetros da chamada modernidade cujo primeiro abrigo foi a cidade e a construção do “sentido urbano”, tanto na ampliação de bens e serviços urbanos, quanto nos costumes e modos de vida. Esta transformação expandiu-se ao campo por meio da ferrovia, das novas técnicas e tecnologias aplicadas na produção agrária e na adoção de valores urbanos sobre os modos de viver no campo provocando uma permeabilidade maior entre as fronteiras do mundo rural e do mundo urbano.

Esta permeabilidade permitiu um desenvolvimento do campo em termos capitalistas, e estabeleceu uma contradição que vai perdurar até nossos dias. Por um lado, acirra cada vez mais o conflito entre o meio rural e o meio urbano, e por outro lado explicita o quanto estes dois meios são interdependentes e cada vez mais semelhantes. Esta dialética possibilita outras discussões, como a questão dos limites de cada meio, a influência de cada um sobre o outro, quais elementos da história e da memória impregnam nossa paisagem, bem como as questões inerentes à legitimação do patrimônio e da memória que estão sendo perdidos.

A virada do século XIX para o século XX caracterizou o momento de ruptura da economia estritamente rural, novos paradigmas surgiram e a elucidação desse momento é fundamental para o entendimento das questões relacionadas à arquitetura rural nos dias de hoje.

Neste contexto o caso da Fazenda Ermida permite o encaminhamento e o debate dessas questões, pois sua história reúne os elementos e agentes principais das transformações sociais e espaciais ocorridas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Referências

ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz de. Arquitetura rural e o espaço não-urbano. **Labor & Engenho: Patrimônio Cultural – Engenharia e Arquitetura**. Campinas: CMU-Publicações – GEPCEA – UNICAMP Arte Escrita Editora, nº 1 – 2007. p. 89-108.

———. **Arquitetura do café**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 296 p.

———. **Notas** de aula da disciplina “Paisagem e Arquitetura Rural”. Disciplina do curso de Pósgraduação em Engenharia Civil, Área de Recursos Hídricos, Energéticos e Ambientais. FEC / UNICAMP. Campinas: primeiro semestre, 2007.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Memória da Eletricidade**. Disponível em: <<http://www.eletrabras.gov.br>>, 2000. Acesso em jun., 2000.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo – 1880-1945**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

DEVESCOVI, Regina C. Balieiro, **URBANIZAÇÃO E ACUMULAÇÃO – um estudo sobre a cidade de São Carlos**, Monografia 2, Arquivo de História Contemporânea – São Carlos: UFSCar, 1987.

FPHESP. Exposição. **Contando a História de uma Usina**. Biografia de Eloy Chaves. Disponível em <http://www.fphesp.org.br/corumbatai/expo_ambiental/expo_historica/eloy.htm>. Acesso em 26 set., 2008.

FREITAS, Daici C. A. de, **Os signos da modernidade nos cafezais**. ECA / USP (Tese de Doutorado), São Paulo, 1994.

FREYRE, Gilberto. **Casas de Residência no Brasil Patriarcal**: em Torno de Testemunho de um Engenheiro-arquiteto Francês. In: Oh de Casa! (em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem). Recife: Artenova / IJNPS, 1979.

FUNDAÇÃO ANTONIO-ANTONIETA CINTRA GORDINHO. **Eloy Chaves. História**. Disponível em <http://www.faacg.org.br/pag_eloy.html>. Acesso em 25 set 2008.

FUNDAÇÃO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA ENERGIA DE SÃO PAULO. set., 2004. Disponível em: <<http://www.museudaenergia.org.br>>. Acesso em 08 set. 2004.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Vale do Paraíba: velhas fazendas**. São Paulo: Edusp, s/d.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O Palacete Paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira: 1867-1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. **Patrimônio industrial e política cultural**. 22 out., 1986. 1º Seminário Nacional de História e Energia. Vol II. CESP, 1986.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo : Hucitec : Polis, 1984 [1949]. 392p.il. (Geografia: Teoria e Realidade). Trad. [Ary França e Raul de Andrade e Silva].